Revista Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho
Segundo Semestre, año 2016.
Volumen 3, número 2.

La Revista Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho es uma publicación de la Unidad de Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho, de la Facultad de Derecho de la Universidad de Chile. Es uma publicación internacional, com trabajo conjunto entre Chile y Brasil. La Revista tiene por objetivo central configurarse como un espacio académico de encuentro entre investigadores, abogados y expertos en educación (licenciados en educación, profesores, psicólogos educacionales y sociólogos de la educación) a propósito de la investigación sobre pedagogía universitaria, docentes universitarios, estudiantes universitarios, enseñanza-aprendizaje del derecho, prácticas docentes, profesión jurídica y currículo.

Revista Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho
En línea. Coodirección
Chile Dra. María Francisca Elgueta. Brasil Dr. Renato Duro Dias.
ISSN 0719-5885
rpedagogia@derecho.uchile.cl
+56 2 9785397

Algunos derechos reservados. Publicada bajo los términos de la licencia Creative Commons atribución - compartir igual 4.0 internacional.

REVISTA PEDAGOGÍA UNIVERSITARIA Y DIDÁCTICA DEL DERECHO [ISSN 0719-5885]
Unidad de Pedagogía Universitaria y Didáctica del Derecho, Universidad de Chile
N° 2, vol. 3, 2° semestre de 2016, 159-171 pp.

OS NUCLEOS DE PESQUISA EM DIREITO E SEU IMPACTO NA GRADUAÇÃO

The contribution of the research in Unesc‟s Law course through the research nucleus

Los Núcleos de investigación en Derecho y su impacto en la graduación

Márcia A.S.L. Piazza[1]
Gildo Volpato[2]

RESUMO: O presente artigo consiste na abordagem da relação entre pesquisa e sua contribuição para o ensino de direito, a partir dos resultados obtidos em estudo de caso realizado no curso de Direito da UNESC, a partir dos Núcleos de Pesquisa. O estudo apontou que há pouca relação entre a pesquisa e o ensino no Curso, embora professores e estudantes investigados reconheçam a importância da pesquisa para qualificar o ensino.
PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa; Ensino; Direito; Universidade; Professor Pesquisador.

ABSTRACT: The main object of this study was to identify the contribution of the research in Unesc‟s Law course through the research nucleus. In this sense, the study‟s methodology was based on the analyses of the data, documents, the realization of interviews, surveys and the analyses of the teaching plans, pedagogical project and research nucleus. The study showed that teaching and researching, although inseparable, don‟t have a direct relationship. The study pointed out that the teachers and students realize the importance of the research and consider it as a way to expand the knowledge, nevertheless the contribution if the research in teaching at Unesc‟s
KEYWORDS: Teaching, Law, Research, University, Professor Researcher

[1]Mestre em Educação, Professora no Curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC-SC e Advogada. *E-mail: marciapiazza@unesc.net*

[2] Doutor em Educação. Reitor eleito da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC -SC, Vice - Presidente do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e professor do PPGE - Mestrado em Educação da UNESC. *E-mail: giv@unesc.net*

DOI: 10.5354/0719-5885.2016.44666

Fecha de recepción 30 de septiembre de 2016. Fecha aceptación 3 de noviembre de 2016.

RESUMEN: El presente artículo se preocupa de estabelecer la relación entre investigación y su contribución a la enseñanza del Derecho, se indaga a partir de los resultados obtenidos en um estúdio de caso realizado en el curso de Derecho de la UNESC, a partir de los núcleos de investigación. El estudio tiene por propósito estabelecer la poca relación entre investigación y enseñanza, a pesar de que los profesores y estudiantes investigados reconozcan la importancia de la investigación para fortalecer la enseñanza.
PALABRAS CLAVE: Enseñanza del Derecho; investigación; Universidad; Profesor investigador

1. Introdução

O estudo sobre a contribuição da pesquisa no ensino de Direito, apresenta a realidade do ensino jurídico, com abordagem especifica da relação entre ensino, pesquisa, sala de aula e qualidade do ensino.

A pesquisa e sua relação com a qualidade do ensino vêm sendo discutida em todos os níveis educacionais, não sendo diferente no ensino jurídico que há muito discute uma crise que se relaciona com o que se ensina e como se ensina.

Com a expansão que o ensino jurídico sofreu na última década, decorrente da ampliação no número de cursos de direito e do acesso das classes populares ao ensino superior e também a modificação da sociedade, exigem mudanças nesse ensino, exigem uma formação diferente, complexa.

Essa formação exige outra postura do professor de direito e se relaciona diretamente com o processo de ensino-aprendizagem e da construção do conhecimento, que passa necessariamente pela pesquisa.

Mas a pesquisa relacionada ao ensino de direito ainda é pouco debatida; há poucos estudos e obras que fazem referência a esse assunto.

A própria pesquisa no campo jurídico ainda é pouco reconhecida, pois não existe tradição na área. No entanto, o debate sobre a necessidade da indissociabilidade entre ensino e pesquisa já é uma realidade, além de haver normativas e ser um dos quesitos da avaliação do ensino superior.

Muitos professores dos cursos de direito, principalmente nas instituições privadas, exercem também a atividade jurídica paralela, atuando como advogados, juízes,

promotores, entre outras profissões; mas, na docência aprendem a ensinar, ensinando, pois não há obrigatoriedade de uma formação pedagógica, embora a LDB nº 9394/1996[3]indique que a formação ocorra, preferencialmente, em nível de mestrado e doutorado, que privilegia mais a pesquisa do que o ensino.

Além da falta de formação específica, muitas vezes a docência para estes profissionais é tratada como "secundária"[4], não sendo a sua principal fonte de renda. Também o professor de Direito não se interessa por eventos que possam mudar sua formação enquanto educador.

Para Colaço[5] a maioria dos educadores do ensino do Direito são amadores e não profissionais, aprendem a ensinar ensinando, com a experiência do dia-a-dia em sala de aula, absorvendo e reproduzindo o que deu certo e rechaçando o que deu errado. Esta situação da falta de domínio das técnicas de ensino e da falta de conhecimento das teorias da educação causa uma perda de tempo em tentativas de acertos e erros que poderiam ser evitados.
Também Ribeiro Junior ao referir sobre a condição do professor de direito, destaca que: "[...] são professores horistas, que não permanecem no seu local de trabalho mais do que o tempo necessário para darem suas aulas. Não há, em grande parte dos casos, qualquer incentivo para o estudo e para vivência acadêmica[6]"

---

[3]Brasil Lei n.º 9.394. 20 de dezembro, 1996**.** Artigo 66.

[4] Aurélio Wander Bastos, *O ensino jurídico no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000; Anthony Bradney, "Transforming legal education: learning and teaching law in the early twenty-first century, *Journal of Law and Society* 35, n.°4 (2008): 565-570; Beverly Peterson, "Beyond Langdell: innovation in legal education", Catholic University Law Review 62, n.°3 (2013): 643-674; Rohan Havelock, "Law studies and active learning: friends not foes?", *The Law Teacher* 47, n.°3 (2013): 382-403; Alperhan Babacan & Hurriyet Babacan, "A transformative approach to work integrated learning in legal education", *Education and Training* 57, n.°2 (2015): 170-183; Aurora Ruiz, "Aplicación práctica de la interpretación judicial a las aulas universitarias", *Quaderns. Revista de Traducció* 22 (2015): 307-323; Annette C. Wilkinson, "Decoding learning in law: Collaborative action towards the reshaping of university teaching and learning", *Educational Media International* 51, n.°2 (2014):124-134.

[5] Thais Luzia Colaço, *Aprendendo a ensinar direito o direito*. Florianópolis: OAB/SC, 2006, 23.

[6] João Ribeiro Junior, *A Formação Pedagógica do Professor de Direito: Conteúdos e alternativas metodológicas para qualidade do ensino do Direito (*Campinas,SP: Papirus, 2001), 38; Liisa Postareff et al., "The effect of pedagogical training on teaching in higher education". *Teacher and Teaching Education* 23 (2007): 557–571; Óscar Mass-Torelló, "El profesor universitario: sus competencias y formación". *Profesorado. Revista de curriculum y formación del profesorado* 15, n.°3 (2011): 195-211; Óscar Mass-Torelló y Patricia Olmos-Rueda, "El profesor universitario en el espacio europeo de educación superior: la autopercepción de sus competencias docentes actuales y orientaciones para su formación pedagógica". *Revista Mexicana de Investigación Educativa* 21, n.°68 (2016): 437-470

Essa condição não é compatível com a política educacional vigente, que exige a capacitação do corpo docente nas instituições de ensino superior, inclusive como critério de avaliação pelo MEC, sendo que o professor passa a ser sujeito ativo no processo de formação e desenvolvimento de sua atividade.

Na realidade educacional também há que se considerar que há exigência da capacitação do corpo docente nas instituições de ensino superior, inclusive como critério de avaliação pelo MEC, que considera a titulação e a pesquisa como indicador de qualidade.

Nesse cenário, o professor passa a ser sujeito ativo no processo de sua formação e desenvolvimento de suas atividades, o que por si só não garante que a pesquisa seja compreendida como um importante princípio educativo e metodológico do ensino de graduação.

Com base neste entendimento e a partir deste contexto que foi realizada uma pesquisa para conhecer a concepção de professores pesquisadores e estudantes sobre a pesquisa; verificar se há relação entre o que os núcleos pesquisa e os conteúdos ministrados em sala de aula; Identificar se os estudantes percebem a relação entre a produção dos docentes dos núcleos de pesquisa e os conteúdos ministrados no curso e se os professores os inserem nas pesquisas ou socializam seus resultados; E por fim verificar em que impacta a pesquisa na qualidade da formação na perspectiva dos professores pesquisadores e dos estudantes.
A pesquisa foi realizada no ano de 2014 e foram entrevistados 06 (seis) professores pesquisadores que estão em sala de aula e foram questionados 17 (dezesete) estudantes formandos do Curso de Direito da Unesc.

2. A contribuição da pesquisa no ensino de Direito

Desde sua criação o ensino de Direito vem discutindo sobre a qualidade do ensino de Direito e com a Portaria n.º 1.886/94 do Ministério da Educação – MEC passou o ensino jurídico a ter nova perspectiva, com a exigência de que o estudante de graduação apresentasse monografia de final de curso, fazendo com o que o ensino jurídico tenha obrigatoriamente uma relação com pesquisa científica na área jurídica.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação – Direito aprovadas pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior(CES) nº. 0146/2002 apresentam alguns desafios ao curso de Direito, os quais

se referem à necessidade de rupturas e inovações que auxiliem no enfrentamento e na provocação de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, a partir da aplicação da ciência jurídica e dos diversos ramos do direito, envoltos em uma formação contextualizada e comprometida com uma postura reflexiva, bem como, com uma visão crítica que fomente a capacidade de trabalho em equipe, que favoreça um processo de ensino-aprendizagem dinâmico que qualifique para a vida e para a vivência da cidadania.[7].

Em 2004, reiniciaram as discussões para uma nova reforma curricular dos cursos de Direito, surgindo o Parecer CNE/CES nº. 55/2004, que apontou o currículo na forma de eixos de formação e as competências e habilidades que os bacharéis deveriam possuir, dentre elas, a pesquisa aparece como habilidade necessária, o que exige mudança no ensino.
A pesquisa como tal, deve estar inserida no processo de ensino-aprendizagem, proporcionando aliar teoria e prática e construir novo conhecimento e, por tal, a pesquisa não pode ser restrita a um momento especifico como a Monografia ou o Trabalho de Conclusão de Curso.

Também, cada vez mais a política adotada pelo Estado na avaliação tem a pesquisa como indicador de qualidade, trazendo em seus instrumentos de avaliação os indicadores desejados.

O que implica necessariamente numa mudança no ensino de Direito e essa mudança passa necessariamente pela pesquisa e pela compreensão da pesquisa como instrumento de ensino, como princípio científico e educativo.

A pesquisa é condição fatal da educação. Nas palavras de DEMO[8] não precisa ser um "profissional da pesquisa", como seria o doutor que apenas, ou, sobretudo, produz pesquisa científica. Mas, precisa ser como profissional da educação, um pesquisador. Tratando-se do ambiente escolar, prevalece a pesquisa como princípio educativo, ou o questionamento reconstrutivo voltado para a educação do estudante.

[7] Reynaldo Irapua Camargo Mello, *Ensino Jurídico: Formação e Trabalho docente.* Curitiba: Juruá, 2007.

[8] Pedro Demo, *Educar pela pesquisa*.2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

A pesquisa, para Healey[9] , tem uma repercussão positiva no ensino e sua relação com a docência e especialmente as abordagens centradas nos estudantes e baseadas em problemas fomentam a aprendizagem profunda.

Dessa forma, o professor e sua condição profissional ocupam papel central no ensino com pesquisa, porque a ele compete inovação didática, atualização permanente, pesquisar e elaborar/formular textos próprios e unir teoria e prática.

Aliar ensino com pesquisa é trazer condições para o conhecimento e provocar a mudança da postura tanto do professor como do estudante.

No ensino de direito, a pesquisa deveria ser adotada para possibilitar a construção do conhecimento, ao questionar a realidade, problematizar, o estudante se torna sujeito ativo na aprendizagem.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da UNESC[10] estabelece detalhadamente dentre seus objetivos específicos a) Formar cidadãos críticos e conscientes; b) Proporcionar a formação humanística e o desenvolvimento do pensamento reflexivo e c) Promover a interdisciplinaridade, tanto em relação às disciplinas da matriz curricular, quanto na realização das atividades de pesquisa e extensão, como pressuposto base para a formação e atuação político-jurídica, para compreender e atuar no mundo globalizado, abrangendo a compreensão do processo dinâmico que abrange as relações entre sociedade e natureza, possibilitando a intervenção do Direito nos problemas e conflitos sociais, em qualquer esfera, vislumbrando a função transformadora e educativa que é própria do universo jurídico em interação com as demais ciências envolvidas.

Os dados obtidos na investigação apontam que pesquisa e ensino são complementos, mas não a mesma coisa. Para os professores entrevistados e estudantes questionados há uma percepção de pesquisa para o ensino e não de pesquisa e ensino ou de ensino com pesquisa.

---

[9] Mick Healey, «Vínculos entre docência e investigación: reflexión en torno a los espacios disciplinares y el papel del aprendizaje basado em la indagación». In *Para una transformación de la universidade: nuevas relaciones entre investigación, saber y docência,* ed. por Ronald Barnett (Barcelona: Octaedro, 2008), 93-137; Angela Brew, "Teaching and research: new relationships and their implications for inquiry-based teaching andlearning in higher education", *Higher Education Research & Development* 31, n.°1 (2012): 101-114; Anindito Aditomo et al., "Inquiry-based learning in higher education: principal forms, educational objectives, and disciplinary variations". *Studies in Higher Education* 38, n.°9 (2013): 1239-1258.

[10]UNESCO, *Projeto Político Pedagógico,* 2014.

Na investigação a pesquisa aparece como algo de laboratório, de grupo, projetos e publicações e não de construção de conhecimento em sala de aula, algo que não é acessível a todos, mas somente aos "eleitos".

O estudo apontou a pesquisa separada da sala de aula e o professor pesquisador como socializador de sua pesquisa, quando cita suas pesquisas em alguns momentos em sala de aula.

Todos os referenciais que fundamentam a pesquisa, tais como Cunha[11] (2012) e Demo[12], dentre outros, têm em comum que é impossível desvincular a pesquisa dos indicadores de qualidade do ensino superior, e também, que a pesquisa é determinante para a construção do conhecimento, desenvolvimento e autonomia do estudante.

Todos os professores investigados demonstraram compreender a pesquisa como processo de investigação, de estudo e aprofundamento. Nessa direção, a pesquisa estaria vinculada à visão de ensino para a pesquisa. Nela o professor, ao fazer pesquisa, tem a possibilidade de aplicar/transmitir em sala os resultados e realizar análises com maior autonomia diante dos dados da sua própria investigação.

Todos os professores entrevistados entendem que a pesquisa contribui para formação do estudante de forma positiva, porque o estudante desenvolve habilidades.

Nos resultados da investigação, mesmo sem vivenciarem ensino e pesquisa em sala de aula, para maioria dos estudantes a pesquisa e o professor pesquisador são valorizados.

Nesse sentido, a investigação demonstrou convergência no pensamento de professores e estudantes, de que a pesquisa proporciona o desenvolvimento de habilidades, uma visão mais aprofundada e crítica da realidade. Além de ser uma forma de ruptura do ensino tradicional.

---

[11] Maria Isabel Cunha, *Qualidade da Graduação: A Relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento do profissional docente* (Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012).
[12] Pedro Demo, *Educar pela pesquisa,* 2011.

3. Considerações finais

Na investigação realizada foi possível perceber que o ensino de direito é tradicional e as aulas em geral são expositivas; Não há uma tradição em pesquisa em Direito.

Na investigação realizada os dados permitem a compreensão de que professores pesquisadores e estudantes reconhecem a importância da pesquisa na formação e na qualidade do ensino de graduação, pois tanto para os professores entrevistados quanto para os estudantes questionados a pesquisa produz benefícios. As respostas obtidas dos estudantes indicam a compreensão da pesquisa como sinônimo de conhecimento e de aprofundamento sobre determinado tema ou área, mas somente como um processo de apropriação do conhecimento e não produção cientifica elaborada.

Também o estudo apontou para uma ausência de formação especifica para os professores em relação a ensino e aprendizagem.

Foi possível perceber que a pesquisa para os professores e estudantes está diretamente relacionada a conhecimento. No Curso de Direito da Unesc há um distanciamento entre ensino e pesquisa na sala de aula

Os professores pesquisadores entrevistados, na sua maioria, têm em comum a mesma metodologia de ensino e tiveram contato com a pesquisa desde a própria graduação e não por sua condição de professor.

A pesquisa embora não vivenciada por todos é valorizada pelos estudantes e pelos professores e alguns documentos, assim como alguns depoimentos dos professores e respostas dos estudantes apontam para ausência de pesquisa enquanto principio educativo.
Professores pesquisadores e estudantes acreditam estar estabelecida a relação entre o ensino e a pesquisa realizada nos Núcleos ou pelos professores ; O que não foi possível verificar nos planos de ensino e nem nos relatórios dos núcleos.

A Pesquisa para professores pesquisadores e estudantes contribui para formação e para qualidade do ensino e a maioria dos estudantes percebe diferença no professor pesquisador em sala de aula pelas suas características, principalmente o nível de exigência.

Os dados apontam que para os estudantes a pesquisa amplia conhecimento no sentido

de apropriação e não de construção e a pesquisa parece ser algo de laboratório de grupos e não de construção de conhecimento em sala de aula.

O estudo revelou que não há estudos anteriores específicos sobre a contribuição da pesquisa no ensino de direito enquanto principio educativo.

As habilidades que se espera daquele que se forma em Direito não são compatíveis com o atual sistema de ensino;

No ensino de direito, a pesquisa deveria ser adotada para possibilitar a construção do conhecimento, ao questionar a realidade, problematizar o estudante, tornando-o sujeito ativo na aprendizagem.

O que se espera com a apresentação dos resultados da investigação realizada, é trazer a discussão da pesquisa no ensino de direito para que possa influenciar o comportamento de professores e estudantes, a fim de modificar o ensino de direito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aditomo, Anindito, Peter Goodyear, Ana-Maria Bliuc & Robert A. Ellis. "Inquiry-based learning in higher education: principal forms, educational objectives, and disciplinary variations". *Studies in Higher Education* 38, n.°9 (2013): 1239-1258. DOI: 10.1080/03075079.2011.616584

Babacan, Alperhan y Hurriyet Babacan. "A transformative approach to work integrated learning in legal education". Education and Training 57, n.°2 (2015): 170-183.

Bastos, Aurelio Wander. *O ensino jurídico no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

Bradney, Anthony. "Transforming legal education: learning and teaching law in the early twenty-first century. *Journal of Law and Society* 35, n.°4 (2008): 565-570. http://onlinelibrary.wiley.com.ezproxy.puc.cl/doi/10.1111/j.1467-6478.2008.00450_3.x/epdf

Brew, Angela. "Teaching and research: new relationships and their implications for inquiry-based teaching andlearning in higher education". *Higher Education Research & Development* 31, n.°1 (2012): 101-114. http://www-tandfonline-com.uchile.idm.oclc.org/doi/abs/10.1080/07294360.2012.642844

Colaco, Thais Luzia. *Aprendendo a ensinar direito o direito*. Florianopolis: OAB/SC, 2006.

Cunha, Maria Isabel. *Qualidade da graduação: a relação entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento do profissional docente*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2012.

Demo, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

Demo, Pedro. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 11.ed. Sao Paulo: Cortez, 2011.

Havelock, Rohan. "Law studies and active learning: friends not foes?" *The Law Teacher* 47, n.°3 (2013): 382-403. http://dx.doi.org/10.1080/03069400.2013.85133

Healey, Mick. "Vinculos entre docencia e investigacion: reflexionen torno a los espacios disciplinares y el papel del aprendizaje basado em la indagacion". *Em Para uma transformación de la universidade: nuevas relaciones entre investigación, saber y docência*. Editado por Ronald Barnett. Barcelona: Octaedro, 2008.

Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educacao nacional. Brasilia, DF: Senado Federal, 1998. Disponivel em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394 .htm>. Acesso em: nov.2014.

Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliacao da Educacao Superior – SINAES e da outras providencias. Brasilia, DF: Senado Federal, 2004. Disponivel em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/ l10.861.htm>. Acesso em: nov./2014.

Mass-Torelló, Óscar. "El profesor universitario: sus competencias y formación". *Profesorado. Revista de curriculum y formación del profesorado* 15, n.°3 (2011): 195-211. http: //www.ugr.es/local/recfpro/rev153COL1.pdf

Mass-Torelló, Óscar & Patricia Olmos-Rueda. "El profesor universitario en el espacio europeo de educación superior: la autopercepción de sus competencias docentes actuales y orientaciones para su formación pedagógica". *Revista Mexicana de Investigación Educativa* 21, n.°68 (2016): 437-470

Mello, Reynaldo Irapua Camargo. *Ensino Juridico: formação e trabalho docente*. Curitiba: Jurua, 2007.

Peterson, Beverly. "Beyond Langdell: innovation in legal education". *Catholic University Law Review* 62, n.°3 (2013): 643-674. http://scholarship.law.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1049&context=lawreview

Postareff, Liisa, Sari Lindblom-Ylanne & Anne Nevgi. "The effect of pedagogical training on teaching in higher education". *Teacher and Teaching Education* 23 (2007): 557–571. doi:10.1016/j.tate.2006.11.013

Ribeiro Junior, Joao. *A formação pedagógica do professor de direito: conteúdos e alternativas metodológicas para qualidade do ensino do direito*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

Ruiz, Aurora. "Aplicación práctica de la interpretación judicial a las aulas universitarias". *Quaderns. Revista de Traducció* 22 (2015): 307-323. www.raco.cat/index.php/QuadernsTraduccio/article/view/294275/382829

UNESCO. Projeto Politico Pedagogico. 2014.Disponivel em http://www.unesc.net/portal/capa/index/48/5610/

Wilkinson, Annette C. "Decoding learning in law: collaborative action towards the reshaping of university teaching and learning". *Educational Media International* 51, n.°2 (2014):124-134